

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.835 - MG (2019/0216330-6)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : CARLOS ALBERTO FASSARELLA
AGRAVANTE : JOSE AMARILDO PARMANHANI
AGRAVANTE : GROUP CRETA CONSTRUÇOES EIRELI - ME
AGRAVANTE : ALEXANDRE PACIFICO DA SILVA
AGRAVANTE : ANDRE LACHINI NETO
AGRAVANTE : LUCIMAR PARMANHANI
AGRAVANTE : CONDOMINIO RESIDENCIAL CLUB BEIRA RIO
AGRAVANTE : ED MARTINS ANDRE
ADVOGADO : FLÁVIO BOSON GAMBOGI E OUTRO(S) - MG097527
AGRAVADO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : GABRIEL ARBEX VALLE E OUTRO(S) - MG116921
AGRAVADO : T.A. OIL DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO : HORST VILMAR FUCHS - ES012529
INTERES. : CAMARGO BARROS ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO : LUCIANA MIRANDA DE SOUZA CLÍMACO - MG063483

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se agravo interposto por José Amarildo Parmanhani e outros contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que não admitiu o recurso especial sob os seguintes fundamentos: i) ausência de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015; ii) óbice da Súmula 7 do STJ; iii) ausência de prequestionamento; iv) o acórdão recorrido encontra-se no mesmo sentido do entendimento do STJ (e-STJ, fls. 1.124-1.129).

É o relatório.

A parte insurgente não infirmou especificamente os fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem para negar o acesso à via especial.

Acrescento que, quanto à aplicação da Súmula 7/STJ, não basta a assertiva genérica de que a pretensão recursal não requer o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, ainda que seja feita breve menção à tese sustentada. É imprescindível o cotejo entre o acórdão combatido e a argumentação trazida no recurso especial que possa justificar o afastamento do referido óbice processual.

Frise-se que, não admitido o apelo nobre com base no entendimento do STJ, incumbiria à parte interessada apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida, procedendo ao cotejo analítico entre eles, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior.

No ponto:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO
REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.**

SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RECONHECIMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA, PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. INOVAÇÃO DE TESE RECURSAL, EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. MISSÃO DIPLOMÁTICA BRASILEIRA NO EXTERIOR. AUXILIAR LOCAL. VÍNCULO ESTATUTÁRIO. ENQUADRAMENTO. ART. 243 DA LEI 8.112/90. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL QUE NÃO INFIRMA, ESPECIFICAMENTE, OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ATACADA. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA PARTE, IMPROVIDO.

[...]

V. A alegação genérica de inaplicabilidade da Súmula 83/STJ, desacompanhada da indicação de acórdãos mais modernos desta Corte, em sentido contrário ao entendimento adotado nos precedentes apontados na decisão agravada, atrai o óbice da Súmula 182/STJ.

VI. Agravo Regimental parcialmente conhecido, e, nessa parte, improvido.

(AgRg no AREsp 610.496/RS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 9/3/2016)

Tal circunstância atrai, por analogia, a incidência da Súmula 182/STJ, segundo a qual "é inviável o agravo do art. 545 do CPC/1973 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno e para o Agravo em Recurso Especial, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - Não se conhece do Agravo em Recurso Especial que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu, na origem, o recurso especial.

III - A Agravante não apresenta, no recurso, argumentos suficientes para

desconstituir a decisão agravada.

IV - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Honorários recursais. Não cabimento.

VI - Agravo Interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.096.729/SP, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe 24/8/2017 - grifos acrescidos)

AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO FUNDAMENTO DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182/STJ.

1. É inviável o agravo em recurso especial que deixa de atacar, de modo específico, os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial. Incidência da Súmula 182 do STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.006.391/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/4/2017, DJe 5/6/2017)

No aspecto, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a parte agravante deve combater todos os fundamentos da decisão impugnada, autônomos ou não, sob pena de não conhecimento do recurso.

Eis o precedente:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. ADEMAIS, OS AGENTES POLÍTICOS SE SUBMETEM À LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO REGIMENTAL DO IMPLICADO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

[...]

2. A parte agravante deve infirmar todos os fundamentos da decisão impugnada, autônomos ou não, mostrando-se inadmissível o recurso que não se insurge contra todos eles; incidência da Súmula 182 do STJ.

[...]

(AgRg no AREsp 766.962/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 4/9/2018, DJe 20/9/2018)

Corroborando com esse entendimento, a Corte Especial decidiu pela aplicabilidade literal do disposto nos arts. 544, § 4º, I, do CPC/1973 e 932, III, do CPC/2015, c/c os arts. 34, XVIII, e 253, parágrafo único, I, do RISTJ (EAREsp 746.775/SP, rel. p/ acórdão Min. Luis Felipe Salomão).

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, cumpre destacar que o não conhecimento do agravo em recurso especial, em virtude da aplicação da Súmula 182/STJ, impede a análise das teses a respeito do mérito discutido no apelo nobre, porque não ultrapassada a admissibilidade recursal.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

